

determina sempre a fuga de recursos ou a guarda dele nos cofres particulares. Não há muito tempo, a simples notícia de que o governo sulista pretendia obter dos bancos daquele país informações sobre depósitos determinou uma diminuição substancial dos mesmos, o que forçou aquele governo a desistir de quaisquer providências nesse sentido.

A quebra do sigilo bancário não obsta que sejam praticadas operações comerciais ou outras atividades lucrativas de natureza legal, uma vez que essa quebra atinge o efeito e não a causa. Realmente, quem se dedica a uma atividade ilícita, não encontrando o resguardo do sigilo bancário, deixará, simplesmente, de confiar seus recursos aos bancos continuando, porém, na prática daquela atividade.

Dessa forma, a extinção do sigilo bancário não tem qualquer resultado prático no sentido de coibir atividades ilegais; apenas, provoca diminuição nos recursos dos bancos, o que vai prejudicar as atividades úteis que nelas encontram sua principal fonte de suprimento financeiro.

Por sua vez, mesmo os depositantes de dinheiros de proveniência lícita passam a ver na quebra do sigilo bancário a possibilidade de uma futura ameaça sobre suas poupanças, e procuram dar-lhes outra aplicação, diretamente, o que nem sempre consulta os interesses do País.

O artigo acima proposto como é óbvio, apenas procurou resguardar sob sigilo os recursos coletados sobre os quais a fiscalização é inócua e até prejudicial, como dissemos, acima, deixando, porém sob livre exame de quaisquer autoridades legalmente credenciadas as demais operações praticadas pelas instituições financeiras. Sala das Sessões. — Dado Coimbra.

O SR. RUBENS ALVES:

Sr. Presidente, peço a palavra para ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. RUBENS ALVES:

(Lê a seguinte questão de ordem)  
Senhor Presidente:

A Resolução nº 50, de 1964, que adota o Regimento Interno às disposições do Ato Institucional, que dispõe sobre a apresentação de emendas e das outras providências, ao tratar da apreciação dos projetos encaminhados pelo Executivo declara no § 1º do artigo 1º:

"Recebido o projeto será este publicado e encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para emitir parecer nos termos regimentais, em prazo não excedente de 5 dias".

O § 2º do mesmo artigo assim dispõe:

"Se o projeto, além da Comissão de Constituição e Justiça, tiver de ser submetido ao exame de outras Comissões será distribuído na mesma data de seu recebimento simultaneamente a elas, que terão prazo comum, improrrogável, de 8 dias para seu pronunciamento".

Verifica-se, pela simples leitura desses dispositivos, que embora simultâneo o prazo de 8 dias para o pronunciamento das Comissões, a apreciação do projeto é procedida separadamente.

O artigo 3º da mesma Resolução estipula: "As emendas às proposições de iniciativa do Presidente da República serão apresentadas nas Comissões, no prazo de três dias, a contar da sua distribuição ao Relator".

Logo, e a prática já o demonstrou, não são coincidentes os prazos para a apresentação de emendas nas Comissões que apreciarão uma mesma matéria. Aconteceu com o Projeto de substitutivo, o que a norma regimen-

tal Lei 1.969-64, que ainda estava com prazo aberto para apresentação de emenda na Comissão de Orçamento quando já havia sido deliberado por outra Comissão com apresentação de substitutivo.

A apresentação de substitutivo decorre da interpretação dada ao § 2º do artigo 3º assim redigido: "O Relator concluirá o seu parecer, em que apreciará as emendas oferecidas pela adoção do projeto ou pela apresentação de substitutivo".

Entendem, Presidentes de Comissões, que uma vez aprovada uma, duas ou mais emendas, deverá o Relator refundir o projeto transformando-o em substitutivo. Assim, de acordo com essa interpretação, se 4 forem as Comissões e apreciarem o projeto e se em todas elas houver emendas aprovadas, 4 serão os substitutivos que virão ao plenário para deliberação.

Evidentemente não é esse o critério mais lógico.

Emendado o projeto perante uma Comissão, excluí da apreciação da mesma as demais Comissões a multiplicidade de substitutivos impedirá que reconhecido o mérito de um substitutivo a ele possa se incorporar uma determinada emenda que tenha obtido parecer favorável de outra Comissão.

A proibição, Senhor Presidente, consta do § 3º do artigo 3º, da Resolução nº 50, que dispõe:

"O autor da emenda, parcial ou totalmente rejeitada na Comissão, poderá requerer o seu destaque para efeito de deliberação do Plenário, ressalvada a prejudicialidade".

A Resolução nº 50-1964 não trata da prejudicialidade, logo o que disciplina este particular é o Regimento Interno, artigo 182, letra "d", dispondo:

"Considerem-se prejudicados: d) a proposição com as respectivas emendas, que tiver substitutivo aprovado".

Submetido, em razão do exposto, à deliberação de Vossa Excelência, Senhor Presidente, esta Questão de Ordem, no sentido de se obter uma solução visando:

1º) que as emendas apresentadas em determinada Comissão sejam apreciadas por todas as demais Comissões que devam opinar sobre a proposição principal.

2º) que a aprovação de emendas nas Comissões não importem obrigatoriamente na apresentação de substitutivo, sempre que estas emendas não modifiquem substancialmente o projeto original.

3º) que sempre que emendas apresentadas em uma Comissão não tenham sido apreciadas por Comissão outra que venha a ter substitutivo submetido a votação, possam essas emendas serem objeto de destaque a fim de merecerem do Plenário um pronunciamento.

E a Questão de Ordem que formulou, na certeza de que Vossa Excelência como de costume a resolverá com acerto e justiça. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Ranieri Mazzilli) — O nobre Deputado oferece uma circunstanciada questão de ordem sobre aplicação das normas da Resolução nº 50 que visou a harmonizar preceitos regimentais com aqueles outros do Ato Institucional. Em resumo, o nobre Deputado pergunta à Presidência sobre se as comissões que recebem emendas nos seus próprios trabalhos a proposições objeto de exame devem essas comissões, obrigatoriamente, transformar em substitutivo um conjunto de proposições, principal e acessórias, tendo em vista a disposição da Resolução nº 50 que estabelece que os órgãos técnicos conclirão os seus estudos pela adoção do projeto ou substitutivo. Evidentemente, quando se trata de opção entre projeto ou substitutivo, o que a norma regimen-

tal pretende é admitir que o projeto pode ser emendado parcialmente ou pode ter um substitutivo total. Não há obrigatoriedade de, uma vez emendada a proposição, esta vir a adquirir a forma substitutiva. Não há esta obrigatoriedade. De maneira que a pergunta feita pelo nobre Deputado sobre se a conclusão deve ser projeto ou substitutivo faz a Presidência entender que, sempre que houver aceitação de emenda, haveria, necessariamente, a apresentação de substitutivo o que não é norma efetivamente prevista na Resolução nº 5. A Comissão poderá concluir pela aceitação do projeto com modificação de emendas, parcialmente aceitas, ou poderá concluir por substitutivo que seja uma emenda global. Esta a primeira resposta.

A respeito de as Comissões, por onde houver tramitação do projeto, se pronunciarem sobre emendas oferecidas nas outras Comissões, a norma não poderá deixar de atender para duas situações: uma, aquela em que a Comissão oferece emenda e, portanto, esta passa a ser uma proposição acessória. Como tal deverá ser objeto de parecer das outras Comissões, sempre que estas tiverem oportunidade de fazê-lo.

Fica esta ressalva, porque casos há em que os prazos têm de ser contados conjuntamente. Então, não haverá oportunidade de uma Comissão falar sobre a iniciativa de outra.

Portanto, todas as vezes em que as emendas forem aceitas numa Comissão e houver oportunidade de exame pelas outras, as demais, evidentemente, deverão pronunciar-se sobre as proposições acessórias inovadas pelas Comissões.

Quanto aos prazos, V. Exª respingou no texto, realmente, uma ausência de harmonia nos prazos. Seria desejável, do ponto de vista mesmo de tradição regimental, esse prazos pudessem ser uniformes. Esta é uma indicação que a Mesa recebe de V. Exª.

São estas as questões que me parecem suscitadas pelo nobre Deputado e que a Presidência buscou resolver. Se houve algum ponto de dúvida, a Presidência coloca-se à disposição do colega para, podendo, esclarecê-lo.

O SR. RUBEN ALVES — Senhor Presidente, em primeiro lugar, agradeço a V. Exª a explicação que acabou de dar. Motivou minha questão de ordem a interpretação, dada pelo Senhor Presidente da Comissão de Orçamento, de que a aprovação de uma ou duas emendas que alterassem apenas um ou outro artigo do projeto importaria obrigatoriamente na apresentação de um substitutivo por parte do Relator. Então, fica esclarecido que tal não é necessária.

O segundo ponto, Senhor Presidente, que abordei na questão de ordem refere-se à apresentação de emendas, por parte de Deputados, perante a Comissão. Como os Relatores não são designados no mesmo dia, e o prazo aberto para apresentação de emendas é de 3 dias, acontece que determinada comissão designa logo o Relator e decorrem imediatamente os três dias; em seguida, essa comissão aprecia o projeto. Nesse meio tempo, a outra comissão designa o Relator e é aberto o prazo perante esse órgão técnico. O Deputado apresenta, então, a emenda à comissão que está com prazo aberto, mas a emenda apresentada deixa de ser apreciada pelas outras. No caso de ter a comissão que já apreciou a matéria apresentando um substitutivo a este ter sido submetido à votação, eliminasse a possibilidade de apreciar o plenário a emenda oferecida pelo Deputado perante a outra comissão, embora tenha ela obtido parecer favorável. É uma falha de tramitação, Senhor Presidente, que poderia ser corrigida desde que o projeto distribuído a mais

de uma comissão tivesse a designação do Relator no mesmo dia, e o prazo de três dias decorresse, um só, para todas as comissões.

Este é o ponto mais importante, Senhor Presidente, que, acredito, com providências por parte da Mesa possa ser corrigido, a fim de assegurar o bom andamento de nossos trabalhos. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Ranieri Mazzilli) — Nobre Deputado, V. Exª volta ao assunto e traz mais um esclarecimento sobre os objetivos desta parte, quanto a prazos em Comissões, para a sua questão de ordem. A Mesa não dispõe de meio para compilar a essa uniformidade de métodos de trabalho nas Comissões. São nos casos em que os prazos fossem uniformes para as Comissões seria possível alcançar-se também essa uniformidade na distribuição aos relatores. Quando esses prazos não são uniformes, evidentemente haverá sempre um limite de iniciativa, e o juiz de conveniência da distribuição será o Presidente da Comissão.

Fica o registro de V. Exª como evidente boa norma para alcançar o resultado mais eficaz na instrução da matéria legislativa.

VII — O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Senhor Amaral Neto, para falar em Explicação Pessoal.

O SR. AMARAL NETO:

(Para Explicação Pessoal — Sem renúncia do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria, antes de mais nada, usar desta tribuna, que é a nossa tribuna, para, num momento tão grave e de tanta tensão, principalmente no meio parlamentar, fixar, mais uma vez, a minha posição diante da revolução e, em especial, diante do Congresso.

Todos aqueles que comigo estiveram aqui o ano passado inteiro e parte desse ano sabem que, durante e depois da revolução, até hoje, não disse uma palavra que não houvesse dito no ano de 63 por inteiro, todas as vezes que subi a esta tribuna ou, fora dela, em comícios, em programas de rádio e televisão. Acredito, portanto, que tenho autoridade para manter uma posição que tomei, não depois da vitória de forças que tinham o meu apoio, mas pelo contrário, posição que assumi quando comandava a situação o grupo adversário que a Revolução alijou do Governo.

Do outro lado, tem-me sido prestado um título de desta tribuna quero repudiá-lo, de delator. Houve até um jornal, um jornal de grandes tradições na Guanabara e no Brasil, que, no entanto, faleceu juntamente com o Sr. Diretor; e, diria eu, no entanto, nos funerais do seu Diretor trouxeram-se, pela mão e pela boca da nova direção, o retrato moral do que viria a ser o "Correio da Manhã" depois disso. Principalmente este jornal tem-me atribuído a posição de delator e tem estranhado até que o Presidente da República tenha recebido o Deputado Amaral Neto.

Por acaso foi a primeira vez que um Presidente da República me viu chegar ao seu gabinete, fosse ele qual fosse. Estranhou também que o Ministro da Guerra tenha recebido o Deputado Amaral Neto.

Queria eu dizer o seguinte: no meu entender, que não é entender de jornalista, mas de homem público e de jornalista, delator é aquele que denuncia alguma coisa de que fez ou faz parte; delator é aquele que, uma vez acordado com companheiros ou pessoas, sejam elas quais forem, sai do acordo para denunciar esse acordo.

Ora, acho que os Srs. Deputados vão me fazer a justiça de acreditar que eu nunca fiz parte, nem do Governo Juscelino Kubitschek, nem do

Governo João Goulart. Por isso, considero-me com autoridade para dizer que em nenhum momento, tanto ontem quanto hoje, me aproximei de qualquer autoridade, fosse ela qual fosse, para ao seu ouvido cochichar nomes de quem quer que fosse e pedir-lhes que, desses nomes, cassasse o mandato, os direitos civis ou os direitos políticos. Aqueles que apontei, nominalizando, eu o fiz desta tribuna, errado ou certo, mas atribuí-me a mim mesmo a responsabilidade de fazê-lo. Daí acreditar que tenha eu o direito de repetir aquilo que tenho dito aos revolucionários. E só. Se não são cassados os poderosos, é justo que se devolva o mandato aos humildes que foram cassados. Nei sei quem possa negar justiça, não sei quem possa negar decência, não sei quem possa negar igualdade a essa tese.

Nunca defendi aqui a cassação pura e simples. Pelo contrário, assim que as cassações vieram, pedi, desta tribuna, à Câmara, que ela assumisse a responsabilidade do julgamento. Pedi que a Câmara examinasse os casos, porque acredito, como acreditava então, que, se a Câmara fizesse esse exame, teria impedido que injustiças berrantes fossem praticadas aqui dentro. Quantos Deputados tiveram seus mandatos cassados e, até hoje, não atinei eu com o porquê dessa medida por isso, propunha eu que examinássemos o problema. Portanto, não vejo em que estou sendo contraditório. E neste momento, quando repito exclusivamente aquilo que disse a vida inteira, correndo riscos que aqueles que estão hoje contra o Governo, estão na oposição, devem correr para defender suas posições, não vejo por que, somente pelo fato de ter aquela facção que eu apoiado sido vitoriosa, devo eu calar-me. Principalmente porque o que se verifica na imprensa, por exemplo, é uma inversão de posições. A Revolução parece ser a derrotada, e os derrotados parecem ser os vencedores. Não me refiro aos Deputados; refiro-me a posição de jornais. Por exemplo, o Correio da Manhã. O noticiário do Correio, a crítica do Correio, a liberdade de que está gozando dentro da liberdade normal da imprensa, no regime democrático, tudo isso tem sido utilizado em termos absolutos. E é preciso que se faça justiça. Se os revolucionários, pelo poder militar, cometeram injustiças, nesta Câmara ou fora dela, ninguém pode negar que há liberdade de imprensa, inclusive para dizer que ela não existe. A pura e simples afirmação dos jornais, de que a Revolução é arbitrária e violenta, está negada, está contestada, na possibilidade que têm os jornais de dizer que a Revolução é arbitrária e violenta, porque, se fosse, os jornais não poderiam dizê-lo.

Ora, daí dizer eu: pensam, por acaso, que estou de acordo com todos os atos da Revolução? Não estou, não! Não estou de acordo, porque não posso compreender que se possa deixar o povo mal informado — e a Revolução não teve a menor preocupação com o que se chama "guerra psicológica". Entrou, quando assumiu o poder, inteiramente despreparada, talvez pela rapidez da vitória. E o resultado é que muita gente, principalmente a massa humilde neste País, já hoje murmura, — porque tem medo, talvez, de dizer em voz alta — que a revolução foi feita para que os tubarões ganhassem mais, para que os donos de apartamentos, na Guanabara e em outras cidades, continuem a manter fechados os apartamentos para não alugá-los aos que precisam, ou que a revolução foi feita para que os trusts internacionais tivessem suas vantagens aqui dentro.

Há uma razão maior em tudo isso. Não há quem ignore ser impossível

que do dia para a noite a revolução estabeleça ou baixe os preços.

Mas, dizia eu — referindo-me aos comerciantes, industriais e, principalmente, aos grandes grupos econômicos — é hora de pagar, até com sacrifício, do prejuízo, o favor, não, mas o cumprimento do dever de parte daqueles que impediram se comunicasse o País. É hora de dizer aos poderosos que precisam manter — e diminuir até — seus preços, e que não podem, impunemente, valer-se da revolução para aumentá-los. Tudo isto faz parte de uma teoria, de um modo de encarar esse movimento.

Mas afirmava eu: dizendo isto, tenho o direito de dizer, também, que a revolução precisa ser justa, e não está sendo ainda. Com relação a quê? Aos companheiros meus de Câmara? Não! Com relação aos negociantes de todos os tipos, sejam eles deputados ou não, porque não compreendo que diferença pode fazer a revolução entre um deputado, um ministro do Supremo, um diretor ou um líder de truste internacional. Não há possibilidade de se negar isto.

Agora, o que se deve fazer, já que o erro inicial foi praticado, é apressar os julgamentos dos que estão presos, dar o direito de defesa aos que vão ser atingidos, mas não deixar de julgar com o mesmo peso e a mesma medida o acusado, teólogo ou deputado, ou milionário; do contrário, até eu me veria obrigado a retirar o meu apoio a esta revolução.

Portanto, dentro desta tese, quero repetir também que em nenhum momento passou pela minha cabeça, nem poderia passar, qualquer intuito de diminuir ou de emascular o Poder Legislativo, porque — repito aquilo que disse antes das cassações — se deveu a este Poder a resistência passiva e ativa às emendas, resistências que propiciou as Forças Armadas realizarem o movimento. E se aqui dentro houve quem procurasse desmoralizar o Congresso, e aqui dentro houve quem procurasse levar o Poder Legislativo à lama, houve também uma parcela enorme deste Poder que soube afirmar sua independência diante da coação, diante do suborno e diante da ameaça.

Por conseguinte, não poderia eu querer que uma revolução que tem o meu apoio possa vir a transformar-se numa revolução que caminha para liquidar o poder político, mas reclamo do poder político, como cada um de nós pode reclamar, aquela ação que propicie, não ao poder militar, mas a todos os outros poderes, aquele respeito a que temos direito dentro de um mandato que fomos buscar nas ruas. Daí reclamar eu, isto sim, que o Congresso proteste contra a desigualdade de tratamento. Eu repito que não estou nesta tribuna para denunciar quem quer que seja que poder não tenha. Repito o que havia dito: não será justo que o poderoso, o rico, o que tem grandes influências não sofra as penas de um julgamento democrático; não será justo que se proceda assim, a no ser que se volte atrás e se devolva o mandato aqueles que foram injustiçados, talvez porque fossem mais humildes.

No entanto, voltaria a uma outra parte. Vejam bem quando me referi à imprensa. O "Jornal do Brasil", por exemplo, pediu a revolução. Eu tive oportunidade, no dia 30, às 14 horas, de ler daquele microfone o editorial do Jornal do Brasil em que ele pedia que se tomasse uma providência qualquer para impedir que o País fosse levado ao caos. No entanto, o próprio "Jornal do Brasil", no seu editorial de ontem, condena o moralismo da revolução. Vejam bem: o moralismo da revolução. Não se trata de condenar o moralismo faccioso em si, não se trata de condenar o moralismo falso, o moralismo desig-

qual, que atinge a uns e não atinge a outros. Condena-se em tese, quase quena totalidade, como se moralismo fosse privilégio de UDN, do PTB ou do PSD. Eu acredito que em todos os nossos Partidos existam homens melhores e homens piores porque é uma condição humana que se retrata nas apromerações humanas. Isso que o Jornal do Brasil está fazendo é também parte de uma linha de ação que é de liberdade que é de direito da imprensa de dizer o que quer, depois da revolução.

Mas o que quero dizer é que eu estaria nesta tribuna se os jornais estivessem sob censura e se não se pudessem dizer lá fora aquilo que eles dizem. Estou aqui porque também a revolução precisa ser defendida, e precisa ser defendida porque nós — pelo menos aqueles que concordam com ela — a requeremos, nós a reclamamos, nós a solicitamos, nós a pedimos, e não é justo que, quando ela é feita e quando ela é vencedora, permaneçamos calados diante dos insultos que sobre ela se despejam.

Agora, quero dar-lhe uma idéia do porque é preciso certo moralismo e do porque foi feita esta revolução também. Repito, ela seria manca, ela seria falsa, se ela fosse uma revolução que visasse apenas aqueles que lideravam a ideologia comunista. E por que? atrás dos omens da ideologia comunista estavam os homens que à custa dela enriqueciam, fingindo que eram idealistas.

Vou dar um exemplo — e não me digam que os homens estão vencidos porque os fatos chegaram agora ao conhecimento nosso. Está presente o Deputado Getúlio Moura que tem um Cartório em Nova Iguaçu.

O Sr. Getúlio Moura — E' engano de V. Exa. Quem tinha Cartório era Getúlio Azeredo e não Getúlio Moura.

O SR. AMARAL NETO — Perdoo-me. Troqueemos os donos do Cartório, mas ele permanece cartório, e somente fiz a referência porque V. Exa. está presente. Este Cartório, se não é de Getúlio Moura, é de outro Getúlio — não importa o dono, pois é um Cartório, e não é ao Cartório que me refiro, mas à escritura contida no Cartório. Encontram-se ali duas escrituras de venda de cinco glebas de terras em Morro Agudo, perto da Estrada de Palhada, em Nova Iguaçu. Vamos ver o que foi essa venda. No conjunto as duas escrituras registram uma venda total de 463.961 metros quadrados de terra plantada em parte com laranjeiras — um laranjal. Essa terra foi comprada por 4 milhões de cruzeiros, a prazo, em prestações — não conhecemos bem todas elas — em grande parte em prestações de cento e poucos mil cruzeiros, pagas em promissórias.

Ora, vejam bem. O proprietário dessas terras era até o dia 18 de julho de 1963 um português chamado José Macedo de Araújo. Esse português no princípio do mês de julho foi procurado por delegados da Supra que lhe declararam que as terras dele iam ser desapropriadas e que até por ser estrangeiro ele iria receber muito menos do que o pouco que receberiam os nacionais. Depois de apavorado e aterrorizado o homem apareceu no dia seguinte dois agentes de uma companhia que se chama a Rural Colonização Sociedade Anônima. Esses dois agentes disseram ao português o seguinte: "O Sr. tem terras aqui que parece vão a 500.000 metros aproximadamente. Queremos comprá-las". Ele respondeu: "Bom; essas terras estão ameaçadas de desapropriação pela Supra, e se não me engano, vão ser desapropriadas pelo valor declarado no imposto territorial", o que era nada. "Mas nós corremos o risco", disse, ram os corretores. "Vamos comprá-

las. Nós temos certo prestígio político e, talvez, conosco as coisas se passem assim". Compraram terras por quatro milhões, repito Cr\$ 8,66 por metro quadrado.

Bom. Quinze dias depois, foi a bado na Prefeitura de Nova Iguaçu um novo valor para o metro quadrado daquelas terras para efeito pagamento de imposto territorial. Passaram a pagar essas terras, declaração dos novos comprados imposto sobre Cr\$ 500,00 por m. quadrado.

Agora, meus senhores, vejamos que foi feita a revolução e por pregavam alguns a reforma agrária não os que pregavam a legítima, os outros. No dia 2 de julho de 1963 nomeado Diretor da SUPRA Sr. João Pinheiro Neto. Tomou; se no dia 3 de julho, segundo publicação no Diário Oficial. No dia 11 julho foi passada a primeira escritura de venda das duas glebas de cinco. No dia 13 de agosto de 1963 foi passada a segunda escritura, outras duas glebas. As cinco glebas foram vendidas de 18 de julho e de agosto. Era Diretor da SUPRA desde 3 de julho; o Sr. João Pinheiro Neto.

Quem comprou terras a 866 o metro quadrado e valorizou-as, 1 efeito de pagamento do imposto territorial na Prefeitura para Cr\$ 500,00 foi a Rural Colonização S. Sabem quem é a Rural Coloniz S. A.? Aqui está a ata da Assembléia extraordinária, a última realizada, com os seguintes nomes: Henrique Martins Leão Teixeira Helena Helena Pinheiro Nogueira, tista, Paulo Henrique Barbabá Pinheiro, Marina Barbabá Pinheiro, Baldomero Barbabá Pinheiro. O reitor: João Pinheiro Neto.

Quero dizer-lhes que estou aqui com os dados das certidões tive de entregar aqueles que e apurando o caso em Nova Iguaçu. Mas é fácil. A primeira certidão, no 4º Ofício, Tabelião Abelardo F to em Nova Iguaçu livro nº 304, fhas 69, de 18 de julho de 1963, segunda — lembrou-me aqui o nome e caro colega Getúlio Moura — no Cartório Getúlio Azeredo, 11 nº 3, Segundo Ofício de Nova Iguaçu, transcrição de transmissões, fôlhas de 13 de agosto de 1963.

Agora, vejam os Senhores, nas certidões, nas escrituras está declarada compradora — a Rural Coloniz S. A., representada por Baldom Barbabá e outros que fazem parte direção. Quem é o Sr. Baldom Barbabá? Imão do Sr. João Pinheiro Neto. Ele não aparece representando sua companhia na certidão escritura, mas aparece nas promissórias que o português foi coo no Exército, porque não encontrou endereço dos homens que as assinaram: Baldomero Barbabá e João Pinheiro Neto — nomes nas notas promissórias. Data para vencimento: de março de 1964. Em cima da nota quase que recebe. Valor da promissória: Cr\$ 110.000,00. Ainda não se todas as prestações foram de Cr\$ 110.000,00. Mas podem imaginar por quanto o português vendeu terras se, tendo vendido a 18 de julho de 1963 de agosto a 30 de março de 1964, ainda tinha promissórias de Cr\$ 110.000,00 para receber.

Ora, lembram-se todos aqueles que ouviram as palavras de derrotados, inclusive do PTB, que chamaram a atenção daqueles que tinham a fé pleiteando a reforma agrária. Recordo-me de alguns deles, como Deputados: Ulysses de Carvalho, Idro Vidigal, Olavo Costa — referindo-me ao PSD especificamente — que tantas vezes disseram aqui, juntamente com companheiros meus do UDN e do PTB, que por trás de uma reforma se escondia uma negociação de alto bordo. Pois a explicação da

negociata creio que não preciso das  
aos Srs. Deputados.

Foram compradas terras a 8,69, va-  
lorizadas para 500 cruzeiros. De duas  
umas; ou a SUPRA não desapropriava  
uma terra comprada por 4 milhões  
e 25 milhões de cruzeiros, que era a  
declaração do valor do Ampóite ter-  
ritório.

Dai, Sr. Presidente, pedir a V. Ex.<sup>a</sup>  
me permita um pouco mais de tempo  
unicamente para expor situações e  
fatos de suma gravidade.

O SR. PRESIDENTE (Ranieri  
Mazzilli) — O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> já  
já expirou. Haverá uma tolerância  
para que V. Ex.<sup>a</sup> conclua sua oração.

O SR. AMARAL NETO — Ora, Se-  
nhores Deputados, são 500 mil metros  
praticamente.

O Sr. Alomar Baleeiro — Val a  
mais de 200 milhões.

O SR. AMARAL NETO — Então,  
pelo meu erro de aritmética, ficou  
comprovado que eles acertaram mu-  
lto mais do que eu pensava. Neste  
caso, o negócio era muito maior.

Srs. Deputados, o negócio era de  
200 milhões, e acredito que esteja en-  
ganado, porque o Deputado Alomar  
Baleeiro é muito mais rápido nesses  
cálculos, mais rápido talvez do que  
eu em avaliar o lucro.

Quero dizer a V. Exas., principal-  
mente, com toda a serenidade e tran-  
quilidade e, repito, sem nenhum ódio,  
sem nenhum motivo pessoal, que to-  
dos os homens individualizados por  
mim jamais me fizeram a mim, pes-  
soalmente, coisa alguma. Nunca tive  
nada a me queixar deles. Desta for-  
ma, quero dizer o seguinte: a mi-  
nha representação, apresentada ao  
Conselho de Segurança Nacional, o  
foi obedecendo a uma tese. Não es-  
colhi nem sorteiei nomes. Assumi a  
responsabilidade dela por assinatura  
e pela palavra desta tribuna. No en-  
tanto, eu, neste momento — e peço  
aqueles que, no P.S.D., lutaram tan-  
to aqui dentro desta Casa como fora  
dela contra a comunização e a de-  
sordem do Governo João Goulart e  
que merecem o nosso respeito e o  
preito de nossa homenagem pela sua  
posição, mas que também são homens  
que apoiam o Sr. Juscelino Kubit-  
shek — quero dizer, com aquela fran-  
queza de que sempre usei, que, sob o  
meu ponto de vista pessoal, sem fa-  
lar em nome de ninguém, únicamen-  
te, em meu nome, repetindo aquilo  
que digo há dez anos, eu me sinto  
até obrigado a, diante da Câmara,  
provar que eu não mentia e não exa-  
gerava e que não fiz escândalo quan-  
do declarei que, desde que o Sr. Jus-  
celino Kubitschek assumiu o Governo  
de Minas, era beneficiário de negó-  
cios não explicáveis. E, então, vou di-  
zer, porque aqui estão os mineiros  
e aqui estão aqueles que, do P.S.D.,  
ou não, poderão desmentir ou con-  
testar estas palavras. Não falei sem  
provas, nem por indícios, circunstân-  
cias ou testemunhos.

O Sr. Alomar Baleeiro — Os indí-  
cios são provas.

O SR. AMARAL NETO — Falei por  
certidões. Convido-os, principalmente,  
os de Belo Horizonte a procurar, nes-  
te fim de semana, no Cartório do Se-  
nhor Dermeval Ferreira de Carvalho  
a colocação ali de uma escritura de  
venda de lotes de terras denomina-  
das em conjunto Bairro Bandeirantes.  
São 510 mil metros quadrados. Nessa  
escritura está anotado que compram  
estas terras de um casal, que era pos-  
suidor delas, os Srs. Mário Melreles,  
Geraldo Gomes de Lemos e Joubert  
Guerra. Nós os conhecemos nunca vi-  
nham deles. Mas tenho de afirmar  
também, era Prefeito, no momento  
da transação o Sr. Juscelino Kubit-  
shek. O casal proprietário do Bairro  
Bandeirantes havia apresentado à  
Prefeitura, há dois anos, um pedido  
de loteamento do bairro para ven-

der os lotes. Dez dias depois da apro-  
vação dessa planta — notem bem:  
dois anos para ser aprovada — en-  
contra-se lavrada a escritura de ven-  
da. Quem era o Sr. Joubert Guerra?  
Secretário da Prefeitura. Quem  
era o Sr. Geraldo Gomes de Lemos?  
Encarregado das obras da Pampul-  
ha. Quem era o Sr. Mário Melreles?  
Se não me engano, Secretário de Via-  
ção da Prefeitura. Ora, a escritura  
dá como compradores do Bairro Ban-  
deirantes os Srs. Mário Melreles, Joubert  
Guerra e Geraldo Gomes de Lemos.  
E dá como compradores a que  
preço? — Os mineiros podem con-  
testar-me: 1 cruzeiro e 80 centavos o  
metro quadrado, em 1943. Certidões  
próximas a essa, no mesmo local, na  
área da Pampulha, dão um preço mí-  
nimo de 26 cruzeiros o metro quadra-  
do em qualquer outra transação. Pa-  
ga também essa transação, tal como  
a do Sr. João Pinheiro Neto, em  
promissórias que estão relacionadas na  
escritura, promissórias que, dentro da  
escritura, apresentam uma situação  
sui generis, que duvido tenha qual-  
quer dos Srs. Deputados a possibili-  
dade de encontrar em qualquer ou-  
tro documento de escritura pública.  
Essa escritura declara que o paga-  
mento é feito em tantas e tais no-  
tas promissórias vencíveis de três em  
três meses, a juros de 6,5% ao ano.  
São assinadas pelo Sr. Joubert Guerra  
— notem bem, é textual da escri-  
tura — avaliadas pelo Sr. Mário  
Melreles e Geraldo Gomes de Lemos e  
um terceiro avalista. Não existe  
exemplo de escritura que omita o no-  
me de uma das pessoas que tomaram  
parte na transação nela registrada.  
Esta é única no mundo. Pois bem:  
quem aprovou a planta do Bairro  
Bandeirantes? Joubert Guerra, Ge-  
raldo Gomes de Lemos e Mário Mel-  
reles, e assina o Prefeito Juscelino  
Kubitschek. Quem comprou a área  
aprovada dez dias depois de apro-  
vada, dez dias exatamente; não dez  
dias da compra, mas da escritura? A  
compra devia ter sido feita antes  
para se chegar à escritura. Quem  
comprou? Os mesmos homens que  
aprovaram o loteamento de 510 mil  
metros quadrados na Pampulha.

Notem que estou relatando fatos,  
que podem ser desmentidos.

Na folha anterior aquela que regis-  
tra a transação encontra-se um iní-  
cio de escritura. Ela é parada no  
meio. Em seguida o Tabelião Der-  
meval Ferreira de Carvalho anota:  
"Sem efeito, por desistência das par-  
tes". Mas como se em seguida ela  
volta a aparecer? E' que quando se  
falava no terceiro avalista começou  
a escrever: "Jus ..." e interrom-  
peu-se a escritura.

O Sr. Alomar Baleeiro — General  
Justino Alves, com certeza ... (Risos)

O SR. AMARAL NETO — Srs.  
Deputados, quero e volto a dizer que  
não estou acusando ninguém. Estou  
fazendo a minha defesa. Foi chama-  
do de mentiroso muito tempo, de fal-  
sificador de documentos, de chantas-  
tista e tantas coisas. Vamos a outra  
parte. Esta é mais nova. Rápida-  
mente. O Deputado Guilhermino de  
Oliveira, em 1955, recebeu da CACEX  
resposta de requerimento de informa-  
ções 265-55, repetido nos mesmos ter-  
mos pelo Sr. Deputado Raimundo  
Padilha, com o número 356, de 1955  
também. Isto que aqui está Srs.  
Deputados, e que colocarei à disposição  
de todos, é cópia integral, publicada  
e autenticada do processo de impor-  
tação de materiais destinados ao sor-  
teamento do Estado de Minas Gerais,  
no valor de 20 milhões de dólares, em  
francos franceses. Não quero alongar-  
me mas posso dizer que inicialmente  
os pedidos de licença eram  
encaminhados à CACEX por meio do  
Governo de Minas Gerais, em data  
de 22 de setembro de 1954, e foram  
liberadas as licenças pelo Sr. Diretor

da CACEX, Sr. Inácio Tosta Filho,  
em 25 de fevereiro de 1955, portanto  
exatamente 5 meses depois de en-  
tradas as licenças. Na época exata  
em que elas estavam sendo concedi-  
das perguntava eu como reporter nos  
jornais do Rio:

"Como se justifica que um  
grande Estado da Federação, numa  
importação que se destina à  
montagem das suas centrais elé-  
tricas, com um financiamento in-  
tegral de Crédit Lyonnais, de Pa-  
ris, com o aval dos títulos do  
Crédit Lyonnais dados pelo Ban-  
co do Brasil, com um Governador  
endossando a compra, com  
uma operação consumada ...".

E aqui se diz no ofício do Governo:

"... encaminhadas as licenças  
à CACEX pedimos a V. Exa. to-  
da a pressão na concessão dessas  
licenças porque as máquinas, ma-  
teriais e acessórios lá estão enca-  
lhoados, esperando ordem de em-  
barque nos armazéns do Havre".

Como, então, a CACEX levou 5 me-  
ses para conceder essas licenças? Por  
que? Permita-me V. Exa., Sr. Pre-  
sidente, rapidamente, o mais rápida-  
mente possível, que encerre este as-  
sumo.

Aqui está porque, Sr. Presidente.  
Assinada pela Seção de Preços da  
CACEX, dirigida pelo Sr. Ernesto  
Serrano Verezze, que, aliás, é vivo e  
é funcionário do Banco do Brasil  
ainda, assim está um declaração da-  
tada do dia 5 de janeiro de 1955 que  
diz:

"Não podemos atender à ur-  
gência pedida pelo Governo de  
Minas.

Sr. Diretor, porque verificamos  
sensível majoração nos valores  
declarados entre o pedido e o valor  
da mercadoria no porto de im-  
portação".

Assim é que relacionamos:

— Tratores marca ADN, tipo  
10, sobre esteiras como motor  
diesel de 88 HP. Preço declarado  
pelo Governo de Minas Gerais:  
7 milhões 620 mil francos; preço  
da marca — 1 milhão 632 mil  
francos.

— Licença 60.788 — Tratores  
marca NORDEST tipo TV 85, so-  
bre esteiras — preço do Governo  
de Minas, 9 milhões 844 mil e 800  
francos; preço da praça 519 mil  
273 francos.

— Idem, de fabricação, inglês,  
Fordson Eladdn, c/motor die-  
sel de 29/35 HP. Preço declarado  
pelo Governo de Minas: 399 mil e  
quinhentos francos; preço da pra-  
ça — 260 mil e cinquenta fran-  
cos.

— Betoneiras para preparação  
de concreto marca Richier, tipo  
58-C de 580 litros litros de capa-  
cidade de mistura. Preço decla-  
rado pelo Governo de Minas: 630  
mil francos; preço da praça —  
398 mil e 800 francos.

— Rolos compressores marca  
Richier-Vrlog. Preço declarado  
pelo Governo de Minas: 4 mi-  
lhões e 85 mil francos; preço da  
praça — 2 milhões, 84 mil 965  
francos.

— Compressores de ar. Preço  
declarado pelo Governo de Mi-  
nas: milhões, 69 mil e 800 fran-  
cos; 4 preço da praça — 1 milhão,  
419 mil francos.

— Pick-ups marca Delahaye.  
Preço declarado pelo Governo de  
Minas: 1 milhão 281 mil francos;  
preço da praça — 787 mil e 800  
francos.

— Jeeps marca Delohaye. Pre-  
ço declarado pelo Governo de Mi-  
nas: 1 milhão, 207 mil e 500 fran-

cos; preço da praça — 574 mil  
350 francos.

Dai, Srs. Deputados, este processo  
ter-se arrastado em meio de dezena  
de pareceres de todos os funcionários  
da CACEX, e todos eles afirmando a  
sensível fraude cambial.

O SR. PRESIDENTE:

(Sr. Ranieri Mazzilli — Atenção,  
Sr. Deputado.

O SR. AMARAL NETO — Estou  
terminando, Sr. Presidente. Pediria  
apenas 1 minuto de paciência.

O SR. PRESIDENTE:

(Ranieri Mazzilli) — Um minuto,  
nobre Deputado ... (Risos)

O SR. AMARAL NETO — Vejam  
bem estas declarações do Sr. Norber-  
to da Silva Rocha, Subgerente de Im-  
portação.

Apresentada pelo Governo de Minas,  
a CACEX, por intermédio do seu Di-  
retor — pela constante presença do  
Governo de Minas, que não podia de-  
ixar suas máquinas enferrujar lá no  
Havre — dá o seguinte parecer, suan-  
do o Diretor Inácio Tosta Filho re-  
clama urgência, porque os pedidos,  
normalmente, na CACEX, deviam le-  
var no máximo 30 dias — os comuns:

"No entanto, em sue pese ao  
empenho que pusemos em solu-  
cionar com brevidade o assunto,  
emitindo de pronto, pelo menos,  
a maior parte das licenças — em-  
penho que iria traduzir-se em re-  
fazermos, nos nossos próprios  
serviços, grande número de for-  
mularios imperfeitamente preen-  
chidos, tarefa que invariavelmente  
deve ser executada pelos im-  
portadores — depaui-se-nos a so-  
lução que nos inibe de tal solu-  
ção, mesmo aplicada a pequena  
parte dos pedidos recebidos.

E' que, ao fazermos a verifica-  
ção dos valores declarados, em  
estrita observância do que manda  
o artigo 2º, parágrafo II, da Lei  
nº 2.145, observamos que a maio-  
ria deles não coincide com os que  
temos registrados em nosso ser-  
viço de controle de preços, ou, a  
julgar pela experiência já acumu-  
lada por um ano de exercício da  
fiscalização do nosso comércio  
externo, se afiguram excessivos  
para os materiais a que se re-  
ferem."

Vem depois outra série de consi-  
derações, que o tempo não me per-  
mite abordar. Mas posso dizer a V.  
Exas. que na análise licença por li-  
cença consta esta observação: "Não  
existem referências de que hajam si-  
do pedidas concessões a qualquer  
outra firma francesa".

Em seguida vem novo parecer do  
Serviço de Preços, de 1º de fevereiro  
de 1955. E diz esse parecer:

"Confirmando as conclusões do  
nosso parecer anterior, repetido  
mais uma vez e, nesta, pela ter-  
ceira vez — é o Sr. Ernesto Ser-  
rano Verezze, Diretor do Serviço  
de Preços — afirmamos a nossa  
suspeita de sensível majoração de  
todos os preços declarados e in-  
dicamos como confronto, os se-  
guintes materiais ..."

E dá 1 equipamento. Na com-  
pra de equipamentos um chassis com-  
prado por 1328000 francos, custaria  
1328000 francos em qualquer con-  
lugar. Pois bem, Sr. Deputado: fi-  
nalmente depois de cinco meses, o  
Diretor da CACEX de pacha as li-  
cenças. E, aqui, assumo a responsa-  
bilidade de dizer isto: esteve com ele  
três horas naquela ocasião dois dias  
depois de concedidas as licenças re-  
pito aqui e duvido que é e me des-  
menta — e o Sr. Inácio Tosta Filho

dessa-me, textualmente, e publiquei isto dezenas de vezes: "Sr. Amaral Neto, permaneci 48 horas sem dormir para conceder estas licenças". Perguntei-lhe: "Dr. Inácio, se isto fosse importação particular, que aconteceria? Ele me respondeu: "Era caso de ordem". Pois bem, vejamos o parecer desse homem. Quem não conhece o Serviço de Exportação? O Diretor da CACEX limita-se a dizer: "Concede-se" ou "denega-se a licença". Pois bem, no despacho dessa licença contém-se uma, duas, três, quatro laudas e meia, em espaço um, para que se justificasse.

O Sr. Esmerino Arruda — Quem era o Presidente da República na época?

O SR. AMARAL NETO — Era o Sr. Café Filho.

Fui a ele levar os documentos. Não pensei que não tomei todas as providências. Vejam bem: os materiais em crua já estão todos depositados no porto de embarque na França, e vêm pagando pesadas taxas de armazenagem há cinco meses, achando-se empenhado o Governo de Minas na concessão da licença de importação. Notem bem, é o diretor da CACEX dando um despacho sobre um processo de Governo de Estado e não de particular.

"Trata-se, assim, por todos os efeitos legais, contábilísticos e práticos, de mais um situação de fato, restando apenas a formalidade da concessão das licenças de importação pela CACEX para que os materiais em causa sejam embarcados para o Brasil. Acresce, ainda, conforme informação fornecida a esta Comissão".

O contrato estipula que nenhum preço pode ser revogado sem sua análise.

"Será oportuno que focalizemos as razões da demora ocorrida quando da licenciamento solicitado".

Refere-se ao art. da Lei que criou a CACEX, que manda fiscalizar os preços.

"Na CEXIM foram verificados grandes abusos em importações oficiais, não apenas de referência ao tipo de mercadorias importadas, muitas de absoluta superfluidade, como também no que tange a evidentes e mesmo escandalosas superfaturamentos".

"Para evitar acusações de firmas particulares de que um tal rigor somente se aplica ao exame de importações do comércio contra condescendências acaso demonstradas no que se refere a importações oficiais, é que os órgãos da Carteira têm-se afofado por gular o mesmo critério rigorista no exame de quaisquer pedidos de licença, sejam eles provenientes de entidades particulares ou de entidades oficiais".

Finalmente, despachando a concessão, diz o seguinte:

"Atendendo a que, conforme dito acima, trata-se de uma situação de fato, verificada com a corresponsabilidade do Governo do Estado de Minas Gerais, inclusive do seu Tribunal de Contas; considerando que o material em apreço se prende a um vasto plano de obras sendo encaminhado e que em hipótese nenhuma se pode admitir uma anulação de compras já feitas, inclusive mediante o aval do Banco do Brasil quanto aos créditos; e, portanto, considerando, conforme dito anteriormente, que as aquisições em causa foram feitas mediante garantia do Governo francês e fi-

nanciamento local do "Credit Lyonnais"; não há como fugir à conclusão de que devem ser concedidas as licenças de importação solicitadas com a plena responsabilidade de um grande Estado da Federação.

Assim sendo, julgamos que a Carteira cumpriu até onde era possível o seu dever de procurar examinar detalhadamente os aspectos comerciais da compra do material".

Volta o processo à mão do Diretor, porque havia nova requisição de licença do Governo de Minas. E, na volta do processo, ele dá novo despacho e refere-se ao anterior. Diz ele:

"No meu despacho de 25 de fevereiro último, pelo qual encaminhei a liberação das licenças para as referidas importações, fiz sentir que o pagamento correspondente, para todos os efeitos legais, contábilísticos e práticos, a uma situação de fato, restando apenas a formalidade da concessão das licenças para os materiais de fato dependentes, a fim de que pudessem ser embarcados para o Brasil. Tratando-se de compras já definitivas, a preços irrevogáveis, cujo pagamento já houvera sido feito mediante recursos fornecidos pelo Estado de Minas com o aval do próprio Banco do Brasil, mediante câmbio que já houvera sido anteriormente concedido pelo Conselho da SUMOC, era evidente que nada restava à CACEX fazer. E em face das licenças sob pena de se verificarem para o país maiores perdas, ou seja, perdas correspondentes ao valor total das mercadorias em causa, qualquer que fosse a possibilidade de acaso existente, de terem as referidas mercadorias sido adquiridas por importâncias superiores às que poderiam ter sido dependidas nas compras em determinados casos, o que, aliás, permanece na base de simples hipótese".

O Sr. Esmerino Arruda — Nobre Deputado, para lembrar a V. Ex. ...

O SR. PRESIDENTE:

(Ranieri Mazzilli) — Nobre Deputado, o orador não dispõe mais de tempo para conceder partes.

O Sr. Esmerino Arruda — ... que o mesmo fato ocorreu no Governo do Sr. Café Filho no Rio do Norte. O mesmo tipo de importação a que V. Ex. acaba de referir-se foi feito no Rio Grande do Norte e realizado, o processo sigiloso pelo General Etchegoyen.

O SR. PRESIDENTE:

(Ranieri Mazzilli) — Nobre Deputado, para a V. Ex. que ...

O SR. AMARAL NETO — Agradeço o aparte, nobre Deputado Esmerino Arruda, e tenho certeza de que V. Ex. se julga necessário, e terá também a esta tribuna para trazer a ...

Única e exclusivamente quero dizer-lhes que trouxe documentos, fatos que repeti por 10 anos, a fio, porque tinha convicção pessoal e de provas de que aquilo que afirmava era verdade. Neste momento lhes digo: a minha tese é a mesma. Este Congresso, se algum valor empresta, por menor que seja, ao meu trabalho, a minha pessoa, pode estar certo de que em momento algum, em ocasião alguma, me prestarei a qualquer papel que vise à sua diminuição. No entanto, quero também dizer ao Congresso que, tanto quanto tive posição definida, energética e franca, desta tribuna e lá fora, quando comba-

ti aqueles contra quem se levantou a revolução, guardo para mim o direito de colocar-me ao lado daqueles revolucionários que eu também pleiteei nassem para as ruas para limpar o País. Dessa forma, reafirmando isto, reafirmo-lhes também que a minha posição, em relação aos homens desta Casa e de fora dela, sem exceção, sejam eles de meu partido, é de que se atinja com medidas de punição os poderosos, econômica e socialmente, ou, então, devolvam-se os mandatos aos humildes que foram cassados. (Muito bem; muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tendo em vista o convite formulado pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para solenidade de entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor General Dario Coelho, designo os Senhores Deputados Jorge Curi, Plínio Costa e Braga Razzos a fim de representarem a Câmara dos Deputados na referida solenidade e o Senhor Deputado Emílio Gomes, como representante do Presidente da Câmara dos Deputados.

Nada mais havendo a tratar, vou levantar a sessão.

Deixam de comparecer os Senhores:

Pará:

Lopo Castro — PSP.

Maranhão:

Alberto Aboud — PTB.

José Rio — PSD (SR).

Luiz Fernando — PSD.

Renato Archer — PLD.

Piauí:

Laurenino Pereira — PSD (4-9-64).

Ceará:

Alvaro Lima — PTB.

Armando Falcão — PSD.

Dias Macedo — PSD.

Expedito Machado — PSD.

Furtado Leite — UDN.

Ossian Arraia — UDN.

Padre Pálhano — PTB.

Wilton Roriz — PSD.

Rio Grande do Norte:

Aluísio Bezerra — PSD.

Aristofanes Fernandes — PSP.

José Freire — PSD.

Odilon Ribeiro Coutinho — PDC.

Paraná:

João Fernandes — PSD.

Luiz Bronzeado — CDN.

Raul de Goes — UDN.

Vital do Rego — UDN.

Pernambuco:

Adelmar Carvalho — PSD.

Aide Sampaio — UDN.

Clodomir Leite — PTB.

Dias Lima — UDN.

Edgar Bezerra.

José Carlos — UDN.

José Meira — UDN.

Magalhães Melo — UDN.

Tabosa de Almeida — PTB.

Alagoas:

Oceano Carleial — UDN.

Sergipe:

José Carlos Teixeira — PSD.

Bahia:

Clemens Sampaio — PTB.

Necy Novas — PTB.

Raimundo Brito — PTB.

Regis Pacheco — PSD.

Espirito Santo:

João Calmon — PSD.

Rio de Janeiro:

Ario Theodora — PTB.

Edilberto de Castro — UDN.

Emmanuel Waismann — PTB.

Heli Ribeiro — PTB.

Guanabara:

Adauto Cardoso — UDN.

Benjamin Farah — PTB.

Breno da Silveira — PTB.

Chagas Freitas — PSD.

Hamilton Nogueira — UDN.

Minas Gerais:

Anônio Luciano — PSD.

Bias Fortes — PSD.

Celso Passos — UDN.

Francellino Pereira — UDN.

Gilberto Faria — PSD.

Gustavo Capanema — PSD.

Maurício de Andrade — PSD.

Milton Reis — PTB.

São Paulo:

Antônio de Barros — PSP.

Cunha Bueno — PSD.

Franco Monteiro — PDC.

Francisco Scarpa — PSD.

Hugo Borghi — PRP.

João Abadia — PSD.

Luiz Francisco — PTN.

Caio Monteiro — PTB.

Cláudio Maia — PH.

Pereira Lopes — UDN.

Ruf Amaral — PRP.

William Salem — PTB.

Goias:

Luizovica de Almeida — PSP.

Mato Grosso:

Saldanha Deizi — UDN.

Paraná:

Elias Nade — PTB.

Hermes Macedo — UDN.

João Ribeiro — PSD.

Miguel Buffara — PTB.

Paulo Montano — PSD.

Peirão Fernal — PTB.

Rafael Rezende — PSD.

Santa Catarina:

Alvaro Calão — UDN.

Jacquin Ramos — PSD.

Rio Grande do Sul:

Adílio Viana — PTB.

Florianno Faixão — PTB.

Marcel Tava — PSD (M.E.).

Osmar Carubba — PTB.

Tasso Dutra — PSD.

Amapá:

Janary Nunes — PSP (98).

VIII — O SR. PRESIDENTE:

Levanto a sessão designando para amanhã a seguinte.

ORDEN DO DIA

(Quarta-feira)

Discussão

Em Prioridade

1

Sessão de 21 de maio de 1964

Discussão única do projeto nº ...

1.967-A, de 1964, que autoriza o Po-

der Executivo a abrir ao Poder Ju-

dicário — Justiça Eleitoral do Es-

tado de Minas Gerais — o crédito

suplementar que especifica; tendo pa-

receres: da Comissão de Constitui-

ção e Justiça, pela constitucionalida-

de, e favoráveis, das Comissões de

Orçamento, de Fiscalização Finan-

ceira e Tomada de Contas e de Fi-

nanças. Do Poder Executivo. Rela-

tores: Srs. Diniz Mendes, Lourival

Baptista, Adolfo Bernardes e Wilson

Fadul.

2

Discussão única do Projeto núme-

ro 1.968-A, de 1964, que cria o Ser-

viço Nacional de Informações, tendo

pareceres: da Comissão de Constitu-

ção e Justiça, pela constitucionalida-

de, com substitutivo; da Comissão de

Constituição e Justiça, pela constitu-

cionalidade, com substitutivo; da Co-

missão de Segurança Nacional con-

trário às emendas de Plenário e fa-

vorável ao projeto; da Comissão de